

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 21/XIII/ 1.ª SL**

Aos 10 dias do mês de fevereiro de 2016, pelas 10 horas e 40 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

**10:30 Horas**

1. **Distribuição de iniciativas legislativas;**
2. **Apreciação e votação do parecer sobre o relatório de progresso relativo à regulamentação das leis tramitadas na Comissão de Assuntos Constitucionais e aprovadas no período da IX ao final da XII Legislaturas (5 de abril de 2002 a 22 de outubro de 2015);**

**Relatora – Deputada Sara Madruga da Costa (PSD)**

3. **A) Apreciação e votação do relatório final sobre a seguinte petição:**
  - **Petição n.º 20/XIII/1.ª - Solicita que se proceda à criminalização do assédio sexual;**

**Relatora: Deputada Isabel Alves Moreira (PS)**

**B) Apreciação e votação da adenda à nota de admissibilidade sobre a petição n.º 46/XIII/1.ª - Solicitam que Paramjeet Singh Pamma não seja extraditado para a Índia;**

4. **Apreciação do relatório de participação na reunião com os representantes das comissões responsáveis pelas matérias relacionadas com o Espaço Schengen e imigração nos Parlamentos dos Estados Membros da União e Estados Schengen - Roma, Palazzo San Macuto, 11 de dezembro de 2015**

**Relatora: Deputada Susana Amador (PS)**

5. **Apreciação e ratificação dos pareceres da Subcomissão de Ética;**
6. **Outros assuntos**

**11:30 Horas**

**Audição do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP) para apresentação dos Pareceres sobre o funcionamento do SIRP, relativos ao ano de 2014 e ao primeiro semestre de 2015 (conjunta com a Comissão de Defesa Nacional)**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente da Comissão, Deputado Bacelar de Vasconcelos (PS), como ponto prévio, foi feito um ponto de situação sobre as

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 21/XIII/ 1.ª SL**

candidaturas apresentadas e respetiva documentação para a eleição de seis órgãos externos – Conselho de Segurança Interna, Conselho Superior de Informações, Conselho de Acompanhamento dos Centros Educativos, Conselho Geral do Centro de Estudos Judiciários, Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial e Comissão Nacional de Eleições -, agendada para a reunião plenária de sexta-feira, dia 12 de fevereiro de 2016 e cujas audições teriam, entretanto, de ser realizadas na Comissão.

No primeiro ponto da ordem do dia, foram distribuídas as seguintes iniciativas legislativas:

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA
<b>Proposta de Lei n.º 11/XIII/1.ª (GOV)</b>	<a href="#">Aprova as Grandes Opções do Plano para 2016</a> Obs: em conexão com todas as Comissão sendo competente Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa	Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD)
<b>Proposta de Lei n.º 12/XIII/1.ª (GOV)</b>	<a href="#">Aprova o Orçamento do Estado para 2016</a>	<b>Pareceres setoriais:</b> <b>1 – Área da justiça:</b> Deputada Andreia Neto (PSD) <b>2 – Área da Administração Interna:</b> Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP) <b>3 – Área da Igualdade:</b> Deputada Sara Madruga da Costa (PSD)
<b>Projeto de Resolução n.º 135/XIII/1.ª (BE)</b>	<a href="#">Recomenda ao Governo a suspensão do novo regulamento da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores e sua posterior revogação, ripristinando-se o regime anterior</a>	<b>DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO</b>  O BE solicitou a sua discussão em reunião plenária, nos termos do artigo 128.º do RAR
<b>Projeto de Resolução n.º 130/XIII/1.ª (PSD)</b>	<a href="#">Recomenda ao Governo a atribuição dos subsídios de fixação e de compensação para conservadores, notários e oficiais de registos e notariado nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira</a> Obs: É Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa sendo esta a competente dependendo de pedido desta um eventual contributo da CACDLG.	<b>DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO</b>  Não aplicável

No ponto seguinte da ordem de trabalhos, procedeu-se à apreciação do parecer sobre o relatório de progresso relativo à regulamentação das leis tramitadas na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e aprovadas no período da IX ao final da XII Legislaturas (5 de abril de 2002 a 22 de outubro de 2015); (em

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 21/XIII/ 1.ª SL**

anexo), que foi apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) e, no final, submetido a votação, aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Seguidamente, foi apreciado o relatório final da [Petição n.º 20/XIII/1.ª](#) - Solicita que se proceda à criminalização do assédio sexual, que foi apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS). No debate que se seguiu, intervieram as Senhoras e os Senhores Deputados Carlos Abreu Amorim e Luís Marques Guedes (PSD), António Filipe (PCP) e Sandra Cunha (BE), que saudaram o carácter pedagógico e assertivo do parecer e sugeriram a introdução de alterações pontuais, sugestões que foram acolhidas pela Senhora Deputada relatora. No final, submetido a votação, o relatório foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

Foi, ainda, apreciada a adenda à nota de admissibilidade sobre a [Petição n.º 46/XIII/1.ª](#) - Solicitam que Paramjeet Singh Pamma não seja extraditado para a Índia, que, no final, submetida a votação, foi aprovada por unanimidade, na ausência do PEV. Em consequência, foi dispensada a nomeação de relator e subsequente tramitação, de modo a que o texto da petição fosse imediatamente enviado à Senhora Ministra da Justiça, atenta a sua competência para a decisão do pedido, nos termos do n.º 2 do artigo 48.º da [Lei da Cooperação Judiciária Internacional em Matéria Penal](#), aprovada pela Lei n.º 144/99, de 31 de Agosto (alterada pelas Leis n.ºs [104/2001, de 25/08](#), [48/2003, de 22/08](#), [48/2007, de 29/08](#) e 115/2009, de 12/10).

No quarto ponto da ordem do dia, a Senhora Deputada Susana Amador (PS) apresentou o relatório de participação na reunião com os representantes das comissões responsáveis pelas matérias relacionadas com o Espaço Schengen e imigração nos Parlamentos dos Estados Membros da União e Estados Schengen, que decorreu em Roma, Palazzo San Macuto, em 11 de dezembro de 2015, tendo o Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD) colocado uma questão, a que a Senhora Deputada Susana Amador (PS) respondeu.

No quinto ponto da ordem do dia, foi apreciado o parecer sobre o requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Paulo Neves sobre eventual incompatibilidade ou impedimento no exercício de funções de Deputado e o cargo de Presidente do Instituto



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 21/XIII/ 1.ª SL

para a Promoção e Desenvolvimento da América Latina (IPDAL), que foi apresentado pelo Senhor Presidente da Subcomissão de Ética, Deputado Luís Marques Guedes, e, no final, submetido a votação, aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Após uma breve interrupção, teve início a audição do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP) para apresentação dos Pareceres sobre o funcionamento do SIRP, relativos ao ano de 2014 e ao primeiro semestre de 2015 (conjunta com a Comissão de Defesa Nacional), que se fez representar pelos seus três membros, Senhor Prof. Doutor Paulo Mota Pinto (Presidente), Senhor Dr. António Rodrigues e Senhor Dr. Filipe Neto Brandão.

A audição decorreu à porta fechada, atento o disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 36.º da Lei Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa (aprovada pela Lei n.º 30/84, de 5 de setembro, e alterada pelas Leis n.ºs 4/95, de 21 de fevereiro, 15/96, de 30 de abril, 75-A/97, de julho, e pelas Leis Orgânicas n.ºs 4/2004, de 6 de novembro, e 4/2014, de 13 de agosto — que a republicou), sendo o seu conteúdo sigiloso por força do mesmo normativo.

O Senhor Presidente do Conselho de Fiscalização usou da palavra para uma intervenção inicial e, em seguida, intervieram para colocar questões os Senhores Deputados Fernando Negrão (PSD), António Filipe (PCP), Telmo Correia (CDS/PP) e Jorge Lação (PS), às quais o Presidente do Conselho respondeu individualmente

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 14 horas e 5 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 10 de fevereiro de 2016

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**

**(Bacelar de Vasconcelos)**

**Nota: Aprovado a 06-04-2016**



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 21/XIII/ 1.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Passos  
Andreia Neto  
António Filipe  
António Gameiro  
Bacelar de Vasconcelos  
Carlos Abreu Amorim  
Carlos Peixoto  
Elza Pais  
Fernando Anastácio  
Fernando Negrão  
Filipe Neto Brandão  
Isabel Alves Moreira  
José Manuel Pureza  
José Silvano  
Luís Marques Guedes  
Paulo Rios de Oliveira  
Pedro Pimpão  
Sandra Cunha  
Telmo Correia  
Vânia Dias da Silva  
Jorge Lacão  
Sara Madruga da Costa  
Susana Amador

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes  
José Luís Ferreira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Hugo Lopes Soares  
Pedro Delgado Alves